A REAL OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE LAZER E INSTITUCIONAIS NA MICRORREGIÃO 04 DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Ana Flávia Reis Jesus, Marcela do Carmo Vieira, Sibila Corral de Area Leão Honda

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente – SP. E-mail: sibila@unoeste.br

RESUMO

As áreas livres públicas são consideradas de fundamental importância para a sociedade, em caráter ecológico, estético e social. São áreas definidas como parte de um grande grupo paisagístico urbano que agrega todos os outros conceitos similares como: espaços abertos, espaços livres, áreas verdes, sistemas de áreas de lazer, cobertura vegetal entre outros. A partir de dezembro de 1979, através da Lei Federal nº 6.766 foi definido como função dos municípios o controle de uso, ocupação e parcelamento do solo, além da garantia da existência dessas áreas livres na malha urbana. Na cidade de Presidente Prudente – SP, os bairros dispõem de área de lazer e institucional, porém muitas dessas áreas não seguem sua função original. Este artigo tem como finalidade identificar essas áreas na Microrregião 04.

Palavras-chave: Espaço público, área de lazer, área institucional, Microrregião 04, Presidente Prudente - SP.

THE REAL OCCUPATION OF LEISURE AND INSTITUTIONAL AREAS OF MICROREGION 04 IN PRESIDENTE PRUDENTE – SP

ABSTRACT

Public spaces are considered of fundamental importance to society, in ecological, aesthetic and social character. The areas are defined as part of a large landscaped urban group that aggregates all other similar concepts such as open spaces, green areas, recreational areas systems, vegetation cover among others. Since December 1979, through the Federal Law No. 6766 was defined as a function of the municipalities control of use, occupation and division of land, besides the assurance of the existence of these public spaces in the urban space. In the city of Presidente Prudente - SP, the neighborhoods have institutional and recreational area, but many of these areas do not follow their original function. This article aims to identify those areas in Microrregião 04.

Keywords: Public space, leisure area, institutional space, micro region 04, Presidente Prudente-SP

INTRODUÇÃO

A cidade de Presidente Prudente localiza-se no oeste do estado de São Paulo, próxima a divisa com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Fundada no ano de 1917, a cidade teve seu desenvolvimento inicial fomentado pela estrada de ferro Alta Sorocabana, em torno da qual a cidade se desenvolveu.(LINS, 1982)

A Microrregião 04 encontra-se a noroeste da malha urbana de Presidente Prudente (figura 1), da qual fazem parte os bairros: Parque Alto da Bela Vista, Parque Residencial Jardins, Parque Bandeirantes, Parque Residencial São Lucas, Parque Residencial São Matheus, Jardim São Sebastião, Prolongamento do Jardim São Sebastião, Jardim São Sebastião II, Jardim América, Jardim Belo Horizonte, Jardim Barcelona, Jardim Cobral, Jardim Cobral (desfavelamento), Jardim Maracanã, Jardim Eldorado, Jardim Novo Bongiovani, Jardim Santa Clara, Jardim Santa Olga, Parque Residencial Vitória Régia, Residencial São Paulo, Conjunto Habitacional Tuffi Athia, Conjunto Habitacional Presbítero Joaquim de Oliveira Silva.

Figura 1. Mapa de Presidente Prudente, destacando a Microrregião 04 (fonte: autores, 2014).

A grande maioria desses bairros são posteriores à década de 70, momento que começa a se configurar um processo de urbanização altamente segregacionista na cidade (HONDA, apud Marisco, 2003), a localização desses conjuntos serviu para estimular a incorporação privada em

novas áreas na periferia, incentivando a expansão da malha urbana e a segregação espacial (HONDA, 2011).

A criação desses bairros coincide com a promulgação da Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 que estabelece como papel dos municípios controlar o uso e parcelamento do solo, registrando em cartório as áreas destinadas a espaços livres e equipamentos urbanos (art. 20).

A Lei Complementar nº 154/2008 do município de Presidente Prudente estabelece alguns requisitos que os loteamentos devem atender em relação às áreas públicas. O artigo 12 define:

- I. as áreas públicas serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba.
- II. as áreas públicas, após descontadas as áreas de preservação, não serão inferiores à 35% (trinta e cinco por cento) da gleba total.
- III. as áreas públicas compor-se-ão, no mínimo de:
  - a) áreas institucionais: 5% (cinco por cento) à 10% (dez por cento) da área loteável a critério da Secretaria de Planejamento, sendo isolada pelo Sistema Viário;
  - b) áreas de lazer: 10% à 15% (quinze por cento) da área loteável;
  - c) sistema viário ou arruamento; mínimo 20% (vinte por cento) da área loteável;
  - d) áreas de preservação, quando for o caso;
  - e) áreas "NON AEDIFICANDI", quando for o caso.

Segundo o Código Civil, essas áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários são de domínio do município, bens de uso comum do povo e, portanto inalienáveis e imprescindíveis por natureza (Código Civil, art. 100).

Embora constantemente lembrados na legislação municipal, estadual e federal, os espaços livres não são conceituados por nenhuma ementa.

Segundo Nucci (2008)

Esses ambientes devem ser agradáveis e estéticos, com acomodações e instalações variadas de modo a facilitar a escolha individual. Devem ser livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e da angústia das aglomerações urbanas. Principalmente para as crianças é fundamental que o espaço livre forneça a possibilidade de experimentar sons, odores, texturas, paladar da natureza; andar descalço pela areia, gramado; ter contato com animais como pássaros, pequenos mamíferos e insetos, etc.

Neste sentido o presente artigo teve como objetivo identificar e analisar os espaços livres públicos e institucionais dos bairros presentes na Microrregião 04, constatando o real uso que é feito dessas áreas.

METODOLOGIA

Para tanto se utilizou como referência processos do Ministério Público Estadual e informações disponíveis pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, além de visitas in loco realizadas nos dias 30/07/2014 e 04/08/2014. Assim foi possível elaborar uma tabela sintetizando a real ocupação das áreas institucionais e de lazer dessa microrregião (tabela 1).

RESULTADOS

A tabela contém todos os bairros da microrregião e a finalidade atual das áreas institucionais e de lazer, podendo estas estar cumprindo sua função inicial, estar abrigando outra função, estar desocupadas, estar ocupadas por terceiros (áreas loteadas ou invadidas) ou ainda abrigarem vegetação.

Tabela 1. Situação das áreas livres públicas de lazer e institucional dos bairros da Microrregião 04

BAIRROS	FUNÇÃO	SEGUE FUNÇÃO	OUTRA FUNÇÃO	DESOCUPADA	OCUPADA POR PARTICULARES	VEGETAÇÃO
PARQUE ALTO DA BELA VISTA	LAZER INSTITUCIONAL			X X		
PARQUE RESIDENCIAL JARDINS	LAZER INSTITUCIONAL	X	X	X		
PARQUE BANDEIRANTES	LAZER INSTITUCIONAL	X			X X	
PARQUE RESIDENCIAL SÃO LUCAS	LAZER INSTITUCIONAL			X	X	X
PARQUE RESIDENCIAL SÃO MATHEUS	LAZER INSTITUCIONAL	X X		X X	X	
JARDIM SÃO SEBASTIÃO	LAZER INSTITUCIONAL			X		X
JARDIM AMÉRICA	LAZER INSTITUCIONAL	X			X	
JARDIM BELO HORIZONTE	LAZER INSTITUCIONAL	X		X	X	
JARDIM	LAZER			X		

BARCELONA	INSTITUCION AL			X	X	
JARDIM COBRAL	LAZER INSTITUCION AL	X	X		X	
JARDIM MARACANÃ	LAZER INSTITUCION AL	X	X	X	X X	
JARDIM ELDORADO	LAZER INSTITUCION AL	*		X	X	
JARDIM NOVO BONGIOVANI	LAZER INSTITUCION AL	X		X	X	X X
JARDIM SANTA CLARA	LAZER INSTITUCION AL			X	X	
JARDIM SANTA OLGA	LAZER INSTITUCION AL			X	X	
PARQUE RESIDENCIAL VITÓRIA RÉGIA	LAZER INSTITUCION AL		X	X X		X X
RESIDENCIAL SÃO PAULO	LAZER INSTITUCION AL			X X		X X
CONJUNTO HAB. TUFFI ATHIA	LAZER INSTITUCION AL	X X			X	
CONJ. HAB. JOAQUIM DE OLIVEIRA SILVA	LAZER INSTITUCION AL		X	X		

*Embora não exista registro de área institucional no Jardim Eldorado, há uma escola pública (Prof. Arlindo Fantini) em uma área adjacente ao bairro.

O fato que talvez mais chame atenção é a quantidade de áreas públicas ocupadas por terceiros, são resultado de áreas doadas pela prefeitura à particulares, áreas loteadas sem autorização e até mesmo apropriação indevida de bem público.

CONCLUSÃO

A cidade de Presidente Prudente - SP passou por um processo de ocupação territorial desordenado e caótico, principalmente nas décadas de 80 e 90. Os bairros pertencentes à Microrregião 04, sendo a maioria deste período, representam a expansão urbana marcada pela

segregação espacial.

Embora a legislação federal, estadual e municipal garanta que todos esses loteamentos possuam áreas de lazer e institucional, a realidade é bem diferente. As áreas existem, porém na maioria das vezes não seguem sua finalidade, estão ocupadas por residências ou desocupadas.

As áreas livres públicas são de uso comum de toda a sociedade, é direito de todo cidadão usufruir desses espaços. A Microrregião 04 é deficiente em sistema de lazer e áreas institucionais, problemas que enfrenta por descaso e vista grossa do poder público. Grande parte das áreas destinadas a tais finalidades foram corrompidas, embora por lei, elas fossem inalienáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Dispõe sobre os bens públicos. Capítulo III. Artigo 100.

BRASIL. **Lei n.6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

CORRÊA, L. R. **O Espaço Urbano**. Editora Ática. Série Princípios. 3ª edição. nº174, 1995.

CUNHA, R.D.A. **Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis**. III Enecs - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. 2003.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo, PINI, 1990.

HONDA, S. C. A. L. **Habitação de baixa renda como produto do capital: O programa de arrendamento residencial (par) em Presidente Prudente - SP**. Tese de Doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2010.

LEITE, M.A.F.P. **Um sistema de espaços livres para São Paulo**. Estud. av., São Paulo, v. 25, n. 71, 2011.

LINSN, M.L.F. **Presidente Prudente na revolução**. Presidente Prudente, 1982.

MAGNOLI, M.M. **O parque no desenho urbano**. In: TURKIENICZ, B. & MALTA, M. Desenho urbano, Anais do II SEDUR, São Paulo, PINI/ FINEP, CNPq, 1986. p. 111- 120.

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2ª ed. Curitiba: O Autor, 2008.

PIZZOL, K.M.S. de A. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa- PB**. 174 f. Dissertação de Mestrado (Meio Ambiente e espaços livres)- Programa PRODEMA, UFPB/ João Pessoa, 2005.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Lei Complementar 154/2008**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.